

**A ESCOLA RURAL DOM JOAQUIM SILVÉRIO DE SOUZA, NO DISTRITO DE
CONSELHEIRO MATA, MUNICÍPIO DIAMANTINA, MINAS GERAIS:
REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA
DÉCADA DE 1950**

Renata Maria Moreira da Silva Cordeiro¹

João Victor Leite Dias²

Herton Helder Rocha Pires³

Resumo: O objetivo do estudo foi refletir sobre o contexto da implantação da Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, no distrito de Conselheiro Mata, município de Diamantina, seu funcionamento e a formação das normalistas para o meio rural. Foi realizada uma pesquisa nas bibliotecas virtuais da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo encontradas duas dissertações e duas teses, que foram a base da presente análise. Esta análise pontuou os acontecimentos políticos que estimularam a reestruturação da educação rural, como também a forma como as normalistas eram preparadas para a atuação no meio rural. Foram abordadas questões relativas à renovação teórica e instrumental na formação do professor primário para o meio rural, identificação e compreensão das relações entre práticas tradicionais e práticas escolares de saúde das populações rurais e a investigação das práticas de escrita por meio da análise dos diários produzidos na escola. Esses estudos são de grande valia para os educadores, pois a forma de abordagem das disciplinas faz aparecer particularidades educacionais e sociais de cada época, que podem tentar acobertar as diferenças e diversidades como também incutir pensamentos de acordo com os interesses da política vigente.

Palavras-chave: Escola Normal Rural. Política de educação rural. Formação de Professor. Saúde da população rural, saberes e cuidados em saúde. Práticas de Ensino.

*DOM JOAQUIM SILVÉRIO DE SOUZA RURAL SCHOOL, IN CONSELHEIRO MATA DISTRICT,
DIAMANTINA CITY, BRAZIL – 1950S PEDAGOGICAL PRACTICES REFLECTIONS*

Abstract: The aim of the study was to reflect on the context of the establishment of the Normal Rural School Dom Joaquim Silvério de Souza, in the district of Conselheiro Mata, municipality of Diamantina, Brazil, as well as its operation and the training of normaliens to work in rural areas.

¹ Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Mestrado Profissional em Saúde Sociedade e Ambiente, Pedagoga, renata.cordeiro@ufvjm.edu.br, ORCID ID 0000-0003-4555-6961

² Doutorado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Mestrado Profissional em Saúde Sociedade e Ambiente, Docente, joao.dias@ufvjm.edu.br, ORCID ID 0000-0002-7367-3826.

³ Doutorado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Mestrado Profissional em Saúde Sociedade e Ambiente, Docente, hhrpires@yahoo.com.br, ORCID ID 0000-0002-6335-3810.

A search was carried out in the online libraries of the Universidade Federal de Minas Gerais and the Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, where two thesis and two dissertations were found, which were the basis of this analysis. This analysis identifies the political events that stimulated the restructuring of rural education, as well as the way in which normaliens were prepared to work in rural areas. We addressed issues related to theoretical and instrumental renewal in the training of primary school teachers for rural areas, the identification and understanding of the relationship between traditional practices and school health practices of rural populations, and the investigation of writing practices through the analysis of diaries produced in school. These studies are of great value to educators, as the way in which disciplines are approached brings out educational and social particularities of different times, which can try to cover up differences and diversities as well as instill thoughts according to the interests of the current policy.

Keywords: Normal Rural School. Rural education policy. Teacher training. Health of the rural population, knowledges, health care.

LA ESCUELA RURAL DOM JOAQUIM SILVÉRIO DE SOUZA, EN EL DISTRITO CONSELHEIRO MATA, MUNICIPIO DIAMANTINA, MINAS GERAIS, BRASIL - REFLEXIONES SOBRE PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS DESARROLLADAS EN LA DÉCADA DE 1950

Resúmen: El objetivo del estudio fue reflexionar acerca del contexto de implementación de la Escuela Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, distrito de Conselheiro Mata, municipio de Diamantina, su funcionamiento y la capacitación de los normalistas para el medio rural. Se realizó una investigación en las bibliotecas virtuales de la Universidade Federal de Minas Gerais y de la Universidade Federal de Vales do Jequitinhonha e Mucuri, donde se encontraron dos disertaciones y dos tesis, utilizados como base de este análisis. La análisis puntuó los acontecimientos políticos que estimularon la reestructuración de la educación rural, así como la forma en que los normativos fueron preparados para trabajar en las zonas rurales. Fueron abordados también cuestiones relacionadas a la renovación teórica e instrumental en la capacitación de maestros de escuelas primarias para áreas rurales, identificación y comprensión de la relación entre las prácticas tradicionales y las prácticas de salud escolar de las poblaciones rurales y la investigación de las prácticas de escritura a través del análisis de diarios producidos en la escuela. Estos estudios son de gran valor para los educadores, ya que la forma en que se abordan las disciplinas pone de manifiesto las particularidades educativas y sociales de cada época, que pueden intentar ocultar las diferencias y diversidades, así como inculcar pensamientos de acuerdo con los intereses de la política actual.

Palavras-clave: Escuela rural normal. Política de educación rural. Formación del profesorado. Salud de la población rural, conocimiento y atención de la salud, Prácticas de enseñanza.

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX, o Brasil passou por movimentos políticos significativos que se manifestaram em impactos econômicos, sociais e culturais. De acordo com Gomes (2013), essas mudanças trouxeram a necessidade de um discurso político e intelectual sobre o desenvolvimento do país, no qual a ampliação da educação

foi colocada como um fator essencial ao desenvolvimento e promoção da democracia, além da busca pela modernização e da ligação entre as mudanças sociais e as tradições existentes.

A década de 1950 trouxe marcos para a modernidade não só para as artes, mas também pelo pensamento progressista e moderno onde aconteceram as eleições diretas de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek. Este último assume o governo com o slogan “50 anos em 5” e propõe o “Plano de Metas”, assumindo o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial. A construção de Brasília, a nova capital do país, era considerada o maior símbolo do seu governo (Moreira, 2008). Entretanto, Fernandes (2008) alerta que o Brasil não tinha uma infraestrutura econômica, social e cultural exigidas para a instalação, manutenção e exploração de empresas industriais, causando um ritmo negativo na industrialização num primeiro momento.

De acordo com Souza (1999), diante do avanço do capitalismo, surge a exigência de mão de obra qualificada para as novas funções, sendo necessária a renovação das propostas educacionais e profissionais dos trabalhadores urbanos, como também uma reorientação do trabalhador rural quando as tecnologias chegassem ao campo.

Sendo assim, a educação se fortalece como uma das principais ferramentas de mudança nesse período, pois se acreditava na capacitação das pessoas para atender as necessidades do desenvolvimento econômico e que a qualidade da educação oferecida demonstraria a situação social, política e econômica do país (HIDALGO; PALHANO; SIKORA. 2013). De acordo com Oliveira (2003) a educação se torna área prioritária de intervenção, uma vez que o país era considerado como de “terceiro mundo” em função do subdesenvolvimento da forma arcaica dos meios de produção, buscando a modernização para o desenvolvimento.

Era necessário que as políticas de Estado fossem pensadas visando a articulação entre a industrialização, o desenvolvimento científico e a renovação educacional. Nesse cenário o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC, na época), reuniam boa parcela de técnicos, políticos, burocratas, cientistas, economistas e pensadores, que eram responsáveis pela elaboração das políticas educacionais (ensino e pesquisa) e a concepção das ideias de desenvolvimento socioeconômico e político do

país, respectivamente. À frente do INEP estava o educador Anísio Teixeira, defensor das ideias pragmatistas deweyanas no país, vislumbrando uma escola “progressiva”, uma escola pública renovada, universal, gratuita, laica, democrática, onde o Estado mantivesse o controle na garantia da qualidade do processo de formação dos professores, estava no centro de um embate entre os intelectuais que queriam uma mudança brusca na educação e a democratização por meio da escola pública contra os defensores da iniciativa privada liderados pelo grupo católico (MENDONÇA, et al. 2006).

Concomitantemente à discussão no campo educacional, ocorria também uma preocupação política e social em torno da contenção do êxodo rural. Segundo Gomes (2013), o avanço do processo de urbanização aliado à industrialização, arrastou cada vez mais a população do campo para as cidades e, os deslocamentos internos, causaram um aumento no número de cidades superlotadas espalhadas pelo país. Para Mello (1998), as condições de vida e de trabalho na zona rural também podem ter colaborado para esse movimento migratório, uma vez que a concentração latifundiária gerava crescente expropriação dos pequenos agricultores e aumento do assalariamento rural.

Para Almeida (2011) o deslocamento crescente de pessoas do meio rural para o urbano gerou um choque entre os valores e referências por se tratarem de mundos distintos. Além disso, a urbanização não gerou melhor qualidade de vida para muitas pessoas, isolando nas periferias urbanas os marginalizados e excluídos socialmente. Minas Gerais contribuiu fortemente para esse movimento migratório na década de 1950, segundo Neves (2017). Começava assim a necessidade de se pensar em estratégias para a fixação da população no campo vislumbrando a educação como uma poderosa ferramenta. A preocupação com o êxodo não se limitava apenas aos governantes, mas também a intelectuais que estavam envolvidos com a educação rural, pois segundo Musial (2011), a escola para as populações rurais ocuparia um lugar de segundo plano, nas políticas do governo de Minas Gerais pelo menos até meados do século XX.

Desde a década de 1930 o governo brasileiro passou a incorporar um discurso “ruralista” que via a educação como o principal instrumento de fixação do homem no campo (SOUZA, 2014). Tanuri (2000) ressalta que esse movimento procurava utilizar a escola para reforçar os valores rurais da civilização brasileira com o intuito de criar uma consciência agrícola e fazer com que o homem rural permanecesse no campo.

Acreditava-se que a escola rural deveria valorizar a cultura do meio rural, possuindo uma estrutura e programa específicos para que a população conseguisse conhecer e aproveitar todas as suas possibilidades econômicas e sociais (PINHO, 2009).

Segundo Almeida (2001), as escolas rurais foram consideradas como um instrumento capaz de formar um cidadão adaptado ao seu meio, porém com conhecimentos científicos advindos das cidades. As normas e diretrizes para a formação do homem rural eram planejadas no meio urbano com conhecimentos de saúde, saneamento, alimentação, administração do tempo e técnicas agrícolas modernas, tudo sob uma perspectiva científica.

No caso de Minas Gerais, observa-se que foi apenas no final da década de 1940, com a chegada de Milton Soares Campos ao governo, que se desenrolou um conjunto de propostas socioeconômicas por meio do Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção, em 1947, que tinha como perspectiva, dentre outras, a melhoria dos padrões de vida e trabalho da população do meio rural, pautada nas noções básicas de saúde e educação (GIANNETTI, 2011). Segundo o autor, no Plano de Recuperação Econômico foram firmadas as principais ações práticas de uma proposta para as escolas primárias rurais do estado, concretizadas por meio do Decreto Lei 8530 – Lei Orgânica do Ensino Normal, de 02 de janeiro de 1946, e pela criação das Escolas Normais Rurais Regionais Sandoval Soares de Azevedo, na Fazenda do Rosário em Ibirité, e Dom Joaquim Silvério de Souza, em Conselheiro Mata, distrito de Diamantina, pela Lei 291 de 1948.

Quando Helena Wladimirna Antipoff obteve a cidadania brasileira, retornou a Minas Gerais reassumindo suas funções como catedrática de Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, continuando a atuar na formação de pessoal qualificado em psicologia (CAMPOS, 2003). Sendo profunda conhecedora das teorias da “escola ativa” e sabedora da realidade escolar do Estado desde a criação da “Escola de Aperfeiçoamento”, em 1929, como também pelo seu trabalho na Fazenda do Rosário direcionado para as crianças com deficiência, foi convidada, por Abgar Renault, então Secretário de Educação do Estado, a dirigir uma secretaria especial para assuntos de educação rural (NEVES e PINTO, 2013). Ela representava a esperança de algo novo por considerar que era possível conhecer a infância por meio da psicologia e ver nesse conhecimento um dos fundamentos básicos

para as propostas educacionais, pois, segundo ela, a aplicabilidade dessa proposta estava na capacidade do professor conhecer a personalidade, as habilidades e os interesses de seus alunos antes de planejar o que seria ensinado. Via na experimentação natural a forma mais simples e completa de aprender. Possuía um ideal de educação pautada no respeito à liberdade e às diferenças de cada um, no estímulo à socialização e à autonomia e na busca do incentivo do hábito nas crianças de pensar sobre suas próprias ações (CAMPOS e LOURENÇO, 1992).

Pretende-se com este estudo identificar as práticas pedagógicas, ditas na época da implantação da Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza como inovadoras, em meio às políticas para a educação rural e fazer uma reflexão sobre o processo de formação das normalistas na Instituição, a formação moral, intelectual e social e as práticas pedagógicas ali difundidas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo constitui uma análise reflexiva sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, na década de 1950, no processo formador de professoras especialistas para atuarem no meio rural.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados foi realizada uma busca de material nos sítios eletrônicos das Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e foram utilizadas as palavras-chave, a saber: Escola Normal Rural; Política de Educação Rural; Formação de Professor; Saúde da população rural e saberes e cuidados em saúde. Foram definidos como critérios de inclusão todas as produções, artigos, teses e dissertações em português, sobre história da educação rural, formação de professor, práticas de ensino, escola normal rural e saúde da população rural e saberes e cuidados em saúde. Para refinar a busca, foram acrescentados os termos, Conselheiro Mata e Ibirité, uma vez que se tinha um local pré-definido. Foi feita a leitura dos trabalhos para o entendimento do contexto educacional rural e uma categorização das práticas pedagógicas consideradas inovadoras na referida época.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri sob número do parecer CAAE 16977619.3.0000.5108.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca realizada nas bibliotecas foram identificadas e selecionadas duas dissertações e duas teses que cumpriam os critérios de inclusão.

A primeira dissertação intitulada “A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970” foi apresentada no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação – Mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte, por Helder de Moraes Pinto no ano de 2007 (Pinto, 2007), sendo, a partir de agora denominada de TRAB.1. A segunda dissertação intitulada “Práticas de escrita: manuscritos das alunas da Escola Rural de Conselheiro Mata (Diamantina, MG) – 1950-1962” foi apresentada no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, por Alessandra Geralda Soares Dias em 2017 (Dias, 2017), sendo denominada de TRAB.2 a partir de agora.

As teses intituladas “Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)” e “Relações entre práticas tradicionais e práticas escolares das populações rurais em Minas Gerais (Ibirité, 1940 a 1970)”, foram apresentadas no Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, por Leonardo dos Santos Neves (Neves, 2015) e Walquiria Miranda Rosa (Rosa, 2015) ambas em 2015, passando a ser, a partir de agora, denominados de TRAB.3 e TRAB.4.

Os estudos são unânimes em dizer que após a Segunda Guerra Mundial e a chegada da modernização da economia e mudança de hábitos e consumo, tornou-se necessário que o Brasil procurasse formas de se desenvolver e colocou a educação como uma mola propulsora para alcançar esse objetivo. Porém a educação era privilégio de poucos no meio urbano e quase inexistente no meio rural. Nesse momento a articulação

entre o INEP e o ISEB se tornou fundamental para a difusão do pragmatismo e para o desenvolvimentismo no país. Assim, na busca da emancipação social e superação da dependência econômica, os discursos passaram a ser pautados na articulação entre a industrialização, renovação educacional e desenvolvimento científico (MENDONÇA, et al. 2006).

Nessa perspectiva, ainda segundo os trabalhos, com a industrialização veio a capacidade de produzir quase tudo e a população do campo foi sendo substituída por máquinas e tratores, por implementos agrícolas sofisticados, por adubos e inseticidas além da degradação da qualidade de vida do trabalhador rural provocada pela concentração fundiária, pela grilagem, pela violência no campo, pela miséria e fome, impulsionando o crescimento do êxodo rural. A partir daí a crescente atenção do governo com a manutenção dessa população no campo, fosse pela preocupação da produção de alimentos, fosse pelo inchaço e falta de estrutura das grandes cidades. Os movimentos de educação popular se preocuparam então, com uma educação formadora e geradora de emancipação efetiva da população do campo. Esse modelo possibilitou alguns avanços na busca por uma melhor conscientização política a respeito da educação oferecida à população rural.

. Nesse contexto, os autores colocam que diante das transformações ocorridas no processo de redemocratização do país, os estabelecimentos educativos rurais receberam a missão de impulsionar a modernização das práticas agrícolas e melhorar as condições de vida da população rural na incorporação de novos hábitos socioeconômicos e culturais, com ênfase na agricultura e higiene.

As ações dedicadas à educação rural foram marcadas pela filosofia pedagógica escolanovista: a ênfase na atividade e autonomia do educando, a atitude democrática, o respeito à diferença, a fé na ciência como instrumento de melhoria da vida.

A metodologia utilizada na época era chamada de “práticas pedagógicas inovadoras” como foram constatadas pelos registros encontrados nos documentos oficiais da escola e nos “diários”, que eram escritos pelas alunas, como relatado em todos os quatro trabalhos analisados. Esses registros mostram a preocupação com a estrutura curricular, que abrangia disciplinas consideradas como essenciais para a formação de hábitos (religiosos, morais, culturais, esportivos, cívicos e sociais) e de práticas de formação (aulas de educação física, leitura dos diários, descanso, higiene

matinal, brincadeiras recreativas, clubes agrícolas e grêmios estudantis, filmes, teatros e apresentações, música, canto, análise de autores e suas obras literárias e observação natural) para o desempenho do seu trabalho.

Sendo assim, diante de um panorama que visava propiciar melhoria de vida à população rural e fixá-lo em seu ambiente por meio de uma educação especializada, a Escola Normal Regional Rural D. Joaquim Silvério de Souza, foi instalada em Conselheiro Mata para que pudesse atender a comunidade do Vale do Jequitinhonha, região conhecida por sua história de pobreza e miséria, o que, segundo Souza (2010) era motivo de movimento migratório por necessidade de complementação de subsistência.

A Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, mais tarde Escola Normal Regional Dom Joaquim Silvério de Souza, mantinha, inicialmente, ao mesmo tempo, o Curso Normal completo para futuras professoras primárias e o Curso Regional de Treinamento, que, segundo Mendonça et al. (2006), os centros de treinamento eram fundamentais para o assegurar o sucesso da reforma educacional por meio de uma formação adequada para aqueles que queriam se dedicar ao magistério. Na Escola de Conselheiro Mata o treinamento era oferecido para professoras rurais leigas que, mesmo sem habilitação, exerciam o magistério em escolas do meio rural, procedentes prioritariamente das regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Francisco e Rio Doce, regiões caracterizadas pela carência de recursos humanos preparados para a educação adequada ao seu meio.

A localização da escola também foi discutida, com maior ênfase nos TRAB.2 e TRAB. 3, enquanto ponto estratégico e de acesso pelo fato da proximidade da estrada de ferro, o que facilitaria a circulação das alunas. Foram levantadas questões sobre uma infraestrutura também apropriada, já que em uma proposta de regime de internato, as alunas e professores precisariam ser acolhidas em um mesmo local, o que culminou na instalação da escola em um prédio já existente, que foi construído para fins de repouso dos padres e seminaristas e pertencia à Igreja, surgindo assim também uma pequena especulação de que a influência religiosa presente na escola começou a partir da negociação do prédio.

O TRAB.1 trouxe a busca pelo entendimento do processo de constituição e implantação da Escola Normal Regional Rural D. Joaquim Silvério de Souza, as peculiaridades introduzidas na formação de um profissional especialista, proposta

dentro das renovações teóricas e práticas até o embasamento teórico utilizado para os ensinamentos, como autores, obras e a teoria educacional que veiculava. Na nova proposta pedagógica estava o “aprender fazendo”, onde os clubes e grêmios escolares se caracterizavam como a forma prática de demonstrar o aprendizado e dentre eles o Clube Agrícola despertou o interesse do autor, uma vez que a escola era formadora de professores para o meio rural. Enfim, para ele era necessário analisar todo o processo da escola, desde a sua criação até a formação dos profissionais especialistas, chamadas normalistas, para entender a importância da escola e a cultura pedagógica regional deixada, sendo considerada como um estabelecimento de ensino exemplar, digna de se tornar um patrimônio histórico, por aqueles que a frequentaram e, ou conviveram com ela.

Já o TRAB.2 trouxe a discussão sobre a escrita dos diários, sua importância enquanto prática pedagógica no registro das atividades do dia e enquanto registro diário da realidade vivida pelas alunas. A elaboração dos diários representou uma marca de identidade institucional do curso Normal da Escola Normal Regional Rural D. Joaquim Silvério de Souza. Foi também observada pela autora a real função dos diários pelas mudanças na forma de apresentação dos títulos: inicialmente, quando o registro de informações era usado como uma prática pedagógica, intitulava-se “Diário”; “Meu Diário”, quando as alunas começaram a se apropriar do recurso; e já em “Nosso Diário” mesmo com a escrita individual, assumiram um caráter mais institucional e coletivo. Pela escrita dos diários era possível ler e analisar as relações de poder estabelecidas na escola, as atividades, os saberes e os acontecimentos não rotineiros. Na escrita de seus diários, as alunas conseguiam refletir sobre suas práticas, apontando para uma potencial desconstrução e reconstrução das próprias experiências. Sendo assim a autora coloca que, uma vez que as práticas escolares devem ser vistas como práticas culturais, analisar a educação fundamentada em aportes teóricos culturais, é possível ampliar as fontes e as variadas formas de utilização das mesmas, buscando novos objetos de estudo, permitindo a análise levando em conta uma diversidade de fatores que podem incidir sobre ele, sendo o “Diário” um pequeno exemplo dessa possibilidade.

O TRAB.3 levanta a discussão a respeito do tipo de formação oferecida às futuras profissionais especialistas rurais, também chamadas de normalistas, para serem agentes transformadores do meio rural. Discute como as “inovações pedagógicas” que

envolviam práticas de incentivo à participação dos alunos como a escrita de diários, criação dos grêmios e clubes estudantis; as disciplinas específicas e atividades intrínsecas a elas; o cotidiano do internato com o espaço formativo e as relações e tensões envolvidas no processo; a relação entre escola como espaço de cunho científico e as especificidades necessárias na formação de professores do meio rural, enfim, como todo esse conjunto de fatores influenciava na formação final do professor especialista. Fez uma abordagem desde a criação, localização e estrutura da escola, perpassando pela forma de admissão das alunas e suas origens, pela ideologia de ensino e “metodologia renovada”, pelo cotidiano e vivências dentro da escola, priorizando a importância de todo esse ambiente no processo de formação das alunas.

Para o TRAB.4 o mais relevante era o aprendizado das normalistas nas questões de saúde e a sua aplicação prática nas comunidades rurais, uma vez que as mesmas já possuíam os saberes e crenças populares a respeito do cuidado com a saúde. A inquietação da autora era de como seria a convivência desses conhecimentos fundamentados em bases tão diferentes. Seria de confronto, de sobreposição, de imposição? Para essa discussão o objeto de estudo foi o Curso de Aperfeiçoamento para Professores Rurais da Fazenda do (Ibirité). Vale lembrar que a Escola Normal Regional Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, quando criada, pertencia à Fazenda do Rosário e ambas usavam a mesma metodologia de prática pedagógica, sendo os diários, os clubes e grêmios escolares presentes na mesma intensidade. Nesse estudo o Clube de Saúde se apresentou como o aspecto mais importante a ser discutido, pois como as atividades se desenvolviam a partir do método experimental, era necessário que se fizesse o registro, em um caderno, das práticas desenvolvidas referentes à saúde individual e coletiva da escola. A observação e a experimentação eram a base das atividades diárias do Clube de Saúde, onde todos os passos da aprendizagem eram registrados na intenção de constituir documentos pedagógicos para serem usados posteriormente e fazer o controle da eficiência das práticas.

Após leitura e estudo dos referidos trabalhos, foram analisadas 14 categorias dentre as práticas pedagógicas citadas nos mesmos: Cadernetas, Clube agrícola, Clube artístico, Clube de ciências, Clube de economia doméstica, Clube geográfico histórico, Clube de metal, Clube pedagógico, Clube de saúde, Clube social, Clube de redação infantil, Grêmios cívico, Grêmios literários, Diários.

As cadernetas foram citadas apenas no TRAB.4, sendo descritas como anotações diárias da descrição das atividades realizadas nas aulas assistidas. Era uma escrita mais reduzida seguindo uma estrutura pré-definida e feita no final do curso de aperfeiçoamento.

O Clube Agrícola foi mencionado nos quatro trabalhos, sendo que o TRAB.1 o descreve como a prática pedagógica que procurava desenvolver o amor pela terra e o interesse pelo seu cultivo, instalando um regime de trabalho em equipe, provocando a necessidade de conhecimentos aritméticos na criança, difundindo as regras da alimentação sadia. O TRAB.2 cita o clube apenas como prática pedagógica importante para o desenvolvimento do meio rural e valorização do meio ambiente. O TRAB.3 o define como a prática pedagógica considerada pelo autor como a mais importante devido à identidade da escola, que além de desenvolver conhecimentos necessários para a vida da vida rural, desenvolve também outros aspectos relativos à boa convivência, trabalho em equipe, respeito, dentre outros, além da possibilidade de conseguir uma renda extra com a produção. O TRAB.4 apenas cita como uma atividade de cunho prático.

Na prática do Clube Agrícola, foram percebidos diferentes assuntos relacionados às questões que envolviam desde o aprender a analisar o solo, passando pela escolha do plantio até a sua colheita e aproveitamento, tais como: agricultura, jardinagem (abordando o comércio de flores e informações sobre as principais plantas ornamentais), horticultura, pomicultura, noções de zootecnia, conservação do solo e doenças e pragas vegetais, fruticultura, silvicultura, criação de gado, porco e galinhas (aviário), noções de higiene e veterinária (profilaxia, vacinações e noções sobre as principais moléstias dos animais domésticos).

O Clube Artístico foi citado no TRAB.1 e TRAB.2, sendo que o primeiro apenas cita sua existência e o segundo o descreve como a prática pedagógica responsável pela decoração da escola e confecção de materiais pedagógicos.

O Clube de Ciências foi citado no TRAB. 2 e TRAB.3, sendo descrito pelo primeiro como a prática pedagógica responsável pela realização de experiências, e pelo segundo como a prática pedagógica onde apresentavam experiências aprendidas em sala de aula, como provar que a luz só se propaga em linha reta, demonstrar o fenômeno da

respiração, provar quais são os elementos orgânicos e inorgânicos, etc. Já o segundo apenas cita sua existência.

O Clube de Economia Doméstica foi apenas citado no TRAB.1, enquanto que no TRAB.2 foi mencionado como a prática pedagógica responsável pelos afazeres de limpeza e cuidados com a cozinha da escola, além de demais tarefas referentes à economia doméstica da instituição.

O Clube de Geografia e História foi citado no TRAB. 2 e no TRAB. 3, sendo definido pelo primeiro como a prática pedagógica responsável pelas comemorações cívicas da escola. Já o segundo define como a prática pedagógica onde as normalistas de um determinado município ou região de Minas Gerais se organizavam e faziam uma palestra para as demais alunas e professores expondo a história de seu município, vida econômica, social e educacional. O objetivo era que as normalistas tivessem um amplo conhecimento da diversidade cultural, econômica e social do estado e as diferentes realidades que encontrariam no exercício de sua profissão no meio rural.

O Clube de Metal foi citado apenas no TRAB.2 e TRAB.3. Foi apenas citado pelo primeiro e definido pelo segundo como a prática pedagógica onde as normalistas fabricavam peças feitas de metal, como conchas, regadores, brinquedos, feitiços de bolsa, sacolas, cafeteirinhas, açucareiros e copos. O material aproveitado para a confecção desses objetos eram latas usadas pela escola normal.

O Clube Pedagógico foi mencionado no TRAB.1, TRAB.2 e TRAB.3, sendo definido pelo primeiro como o espaço de discussão das normalistas sobre ideias de autores e obras do campo pedagógico e análises de conceitos para entender elementos determinantes na formação do comportamento infantil. Discutiam a História da Educação. O segundo apenas faz uma menção de sua existência. O terceiro o define como a prática pedagógica sobre as teorias aprendidas, onde organizavam palestras que tratavam de assuntos como problemas disciplinares na escola, tratamento de alunos com problemas mentais, entre outros.

O Clube de Recreação Infantil foi mencionando apenas no TRAB.3, sendo definido como Prática pedagógica com objetivo da organização de montagem de peças de teatro de sombra, fantoches e máscaras. Eram apresentadas em comemorações especiais e no catecismo que era dado para as crianças moradoras da localidade. Muitas

das peças teatrais eram escritas pelas próprias alunas, sendo inventadas ou adaptadas, usando temas para educação higiênica, alimentar e preceitos de moral.

O Clube de Saúde foi mencionado no TRAB.1 e TRAB.4, sendo abordado no primeiro apenas como componente de um documento da "Fazenda do Rosário". Pelo segundo como instrumentos de prática pedagógica com a finalidade de desenvolver atividades práticas referentes à saúde individual e coletiva, às condições de saneamento do meio e à alimentação sadia.

No TRAB.4, como práticas pedagógicas do Clube de Saúde, foram percebidos diferentes assuntos relacionados às questões de saúde e higiene, tais como:

- Higiene geral, individual e social: condições das casas e dos aposentos da própria escola, usos das fossas e dos banheiros, cuidado com o armazenamento de lixo produzido na escola, cuidado com as hortas, cuidado com os chiqueiros, disenteria, caramujos (combate a esquistossomose), exame de fezes, verminoses, "perebas" e ferimentos, banhos e escovação dos dentes, a importância de lavar as mãos, armazenamento dos alimentos.

- Enfermagem: aprendizado sobre como aplicar injeções, fazer curativos, cuidar de torções, luxações, traumatismos, queimaduras, gripes, boqueira, pediculose, cólicas (de fígado, de estômago, de rins), hemorragias, afogamentos, dor de ouvido, como cuidar do doente: aspectos emocionais (o carinho, o afeto, a caridade) e procedimentos higiênicos (como cuidar do banho, da cama, do ambiente onde ele fica), picadas de insetos, prescrição e administração de medicamentos, furúnculos, cuidados com a boca, olhos e nariz e pés, administração de remédios (horários, quantidade, características e usos).

- Higiene escolar: como era feita a limpeza das escolas (condições de higiene, do ar, dos móveis, da arquitetura), doenças causadas pela falta de higiene, utilização e cuidados com a água, cuidado com piolhos e com doenças contagiosas, condições nos arredores da escola (fossas, hortas, chiqueiros, lixeiras, caixas de gordura), ácaros, carrapatos.

- Puericultura: parto, cuidados com os recém-nascidos e com as gestantes, doenças possíveis no pré-natal, doenças nos recém-nascidos e nas gestantes, cuidados na hora do nascimento.

- Alimentação: desnutrição, intoxicação alimentar (salmonela e outras), cárie dentária, falta de crescimento, calorias e propriedades dos alimentos, doenças relacionadas a má alimentação (bócio e outras), armazenamento e cuidados com os alimentos.
- Doenças: varíola, febre amarela, difteria, escorbuto, febre tifoide, alcoolismo, processos infecciosos, sífilis, vertigens, cegueira noturna, tuberculose, esquistossomose.

O Clube Social foi mencionado no TRAB.2 e TRAB. 3, sendo definido pelo primeiro como a prática pedagógica com objetivo de criação de um jornalzinho, onde os membros produziam as notícias por meio de entrevistas e coleta de acontecimentos dentro da própria escola. E pelo segundo como a prática pedagógica criada com o intuito de socializar e tornar todas as alunas partes ativas nas reuniões. As reuniões eram homenagens individuais aos professores, através de cantos, poesias, etc. Este clube não era aberto a todos, pois cada turma tinha seu próprio clube, e as reuniões eram assistidas pela turma e alguns convidados.

O Grêmio Cívico foi mencionado no TRAB. 1 e TRAB. 3, sendo definido pelo primeiro apenas como componente do currículo. E pelo segundo como Centro Cívico responsável pelas comemorações cívicas e festas escolares definidas pela Secretaria da Educação do estado de Minas Gerais e pelo Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural.

O Grêmio Literário foi mencionado no TRAB. 1, TRAB. 2 e TRAB. 3, sendo citado apenas como componente do currículo pelo primeiro. Pelo segundo como prática pedagógica com objetivo desenvolver o gosto pela língua, promovendo o seu apuro e enriquecimento na literatura e redação. E pelo terceiro como prática pedagógica de leitura, para conhecimento, aprimoramento da escrita e despertar o gosto pela literatura, servindo de incentivo para a criação própria.

Os Diários foram mencionados nos quatro trabalhos, sendo que o primeiro cita apenas como um documento do acervo da escola. O segundo o define como um objeto de estudo e dizendo ser mais que um mero instrumento pedagógico de registro das atividades diárias das alunas. Representava um período na história de cada aluna, com suas vivências e experiências extracurriculares e demais relações existentes no cotidiano de cada uma. O terceiro fala que este tem o objeto de consulta e estudo. São

instrumentos pedagógicos de registro das atividades cotidianas cuja serventia não era apenas atender aspectos pedagógicos, mas também um registro histórico da existência dessas instituições de ensino e cultural, pelas subjetividades registradas pelas alunas oriundas de diversas regiões. O quarto fala que ele tem o objeto de consulta, sendo instrumentos pedagógicos de registro diário das atividades cotidianas das alunas, servindo também como avaliativos e de disciplinarização, além de ser considerado também como instrumento da ciência, na medida em que registra através da escrita as observações, no caso do clube de saúde. Os estudos evidenciaram que várias perspectivas de estudo podem ser levantadas a partir do mesmo contexto, dos mesmos documentos, dos mesmos registros, como ocorreu com os “diários” das escolas normais rurais referendadas.

Pode-se perceber que as práticas pedagógicas eram atividades que buscavam trazer o conhecimento dito como científico naquela época, por ser de forma planejada, oferecido de forma prática e experimental para a educação rural. A Escola foi criada para ser não apenas um local de transmissão cultural e nem de adequação ao meio, mas, indo de encontro ao pensamento de Anísio Teixeira, propiciar às alunas mudanças de formação de hábitos de iniciativa, de pensamento e reflexão, de sociabilidade e de sensibilidade de seus direitos assim como para o de outros (TEIXEIRA, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o ensino rural surgiu como um dos desafios essenciais da educação brasileira e os intelectuais da época direcionaram seus esforços no sentido de compreenderem o processo de mudança do rural para uma sociedade de características urbanas e industriais, foram determinadas diversas ações para a aceleração do desenvolvimento e democratização das relações sociais. Passou a ser defendida a necessidade de se elevar a qualidade de vida e educação do morador do campo, ressaltando a necessidade da criação de escolas e professoras especializadas para essa tarefa.

Diante dessa situação, foram criadas as escolas normais rurais na intenção de melhorar as condições de vida do homem do campo, levando conhecimentos básicos de saúde e higiene e, principalmente, maneiras de como cuidar do solo, para que,

principalmente pela agricultura, pudessem garantir sua própria subsistência, combatendo assim o êxodo rural.

As escolas normais rurais tinham o objetivo de ampliar o universo cultural das alunas, ao fazer despertar o amor ao campo, o gosto pelo trabalho, assim como ao desenvolver hábitos de higiene, alimentação, lazer e trabalho, onde o fazer era a palavra de ordem. De acordo com as políticas educacionais da época, a escola oferecia a aplicação do método científico por meio da experimentação (prática), de forma planejada e capaz de promover uma mudança cultural. Uma escola pública, laica e democrática.

A escola normal tinha o dever de formar a personalidade de suas alunas e de desenvolver suas capacidades intelectuais. A estrutura curricular abrangia disciplinas consideradas como essenciais para a formação de hábitos (religiosos, morais, culturais, esportivos, cívicos e sociais) e de práticas de formação (aulas de educação física, leitura dos diários, descanso, higiene matinal, brincadeiras recreativas, clubes agrícolas e grêmios estudantis, filmes, teatros e apresentações, música, canto, análise de autores e suas obras literárias e observação natural) para o desempenho do seu trabalho. O controle total sobre a utilização do tempo era facilitado pelo formato de internato, funcionando também como uma forma de controlar as relações e o espaço, assim como as normalistas, funcionando como um laboratório para a experimentação de vivências. Com uma metodologia fundamentada na experimentação, observação e intuição, as normalistas eram conduzidas a uma prática de observação, à formulação de problemas e à solução dos mesmos por meio das práticas pedagógicas consideradas inovadoras como os clubes e grêmios estudantis, dentre outras. Vale ressaltar que uma dessas práticas foram os “diários”, que eram o registro diário da rotina interna da escola, onde a escrita estava ligada a um processo pedagógico de estímulo à escrita e a leitura, assim como a um exercício de conscientização da sua formação escolar e disciplina, se tornando, com o passar dos anos, um registro histórico da própria Instituição Escolar. Pode-se notar que as “práticas pedagógicas inovadoras” difundidas na escola eram atividades práticas, geralmente realizadas em grupo, que, além do fortalecimento da relação entre teoria e prática, faziam com que as alunas despertassem/desenvolvessem diversas habilidades e competências necessárias para que conseguissem obter êxito, na vida profissional e pessoal, quando retornassem ao meio rural.

A preparação das normalistas era direcionada para sua atuação na escola e na comunidade, para o desenvolvimento do meio rural e do modo de vida da população, sendo necessário que aprendessem e praticassem, pois é preciso saber fazer para ensinar. Pode se verificar que eram formadas para a docência, para a vida rural e para serem donas de casa, possibilitando sua inserção no meio rural de forma abrangente. Enfim, as normalistas se formariam imbuídas dos valores e conhecimentos considerados, na época, necessários para uma renovação da realidade rural, capaz de manter o homem do campo no seu meio com uma qualidade de vida melhor.

Nesse contexto e finalidade a Escola Normal Regional Rural Sandoval Soares de Azevedo e a Escola Normal Regional Rural Dom Joaquim Silvério de Souza foram criadas, em Ibirité e em Conselheiro Mata respectivamente. Tampouco se fala sobre a educação rural e suas metodologias e peculiaridades, porém não significa que não tenham sua importância quer seja na história da educação ou na história cultural do Brasil. Cultura e história nunca se desassociam, oferecendo assim grande variedade de objetos de estudo para as duas áreas. Basta ver sob diversas perspectivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Vozes esquecidas em horizontes rurais: história de professores. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1908/000311994.pdf?sequence=1&locale=en>>. Acesso em 13.12.2018.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. “Uma obra referência para professores rurais: escola primária rural”. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 57-68, jul./dez. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10.12.2018.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; LOURENÇO, Érika. “O método da experimentação natural de Lazursky: sua aplicação nas propostas educacionais de Helena Antipoff em Minas Gerais (1932-1974)”. Rio de Janeiro: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/049_erika.pdf>. Acesso em 10.12.2018.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. “Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 209-231, set.-dez. 2003.

DIAS, Alessandra Geralda Soares. Práticas de escrita: manuscritos das alunas da Escola Rural de Conselheiro Mata (Diamantina, MG) – 1950-1962. Diamantina: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1373>>. Acesso em 05.12.2018.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.

GIANNETTI, Ricardo. “Américo René Gianetti: A Industrialização e o Planejamento Econômico de Minas Gerais (1930-1950)”. *Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais – Ponte entre culturas*, 2011. Disponível em: <<https://www.ponteentreculturas.com.br/revista/ricardogiannettirevistaimigracaoitalianamg.pdf>>. Acesso em 10.12.2018.

GOMES, Angela de Castro. *População e Sociedade*. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/8nx55>>. Acesso em 15.12.2018.

HIDALGO, Angela Maria; SIKORA, Denise; PALHANO, Isabel Castilho. *A Educação Rural nos anos 50 no Brasil e as influências do nacional desenvolvimentista*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_02/61.pdf>. Acesso em 18.02.2019.

MELLO, João Manuel Cardoso de Melo; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; XAVIER, Libânia Nacif; BREGLIA, Vera Lúcia Alves; CHAVES, Miriam Waidenfeld; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de; LIMA, Cecília Neves; SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n. 31, pag. 97-113, 2006.

MINAS GERAIS. Lei 291, de 24 de novembro de 1948. Cria Dois Estabelecimentos De Ensino Normal. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-291-1948-minas-gerais-cria-dois-estabelecimentos-de-ensino-normal>>. Acesso em 10.12.2018.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2008, p. 156-192.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. *A Emergência das escolas rurais em Minas Gerais (1892-1899): quando a distinção possibilita a exclusão*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-92RLHJ>> Acesso em 13.12.2018.

NEVES, Leonardo dos Santos; PINTO, Helder de Moraes. "Sentido Novo da Vida Rural: Abgar Renault e a política educacional em Minas Gerais". Cuiabá: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/SENTIDO%20NOVO%20DA%20VIDA%20RURAL%20ABGAR%20RENAULT%20E%20A%20POLITICA%20EDUCACIONAL%20EM%20MINAS%20GERAIS.pdf>>. Acesso em 13.12.2018

NEVES, Leonardo dos Santos. "A Educação Rural em Minas Gerais e o contexto da implantação da implantação da Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1947-1951)". João Pessoa: IX Congresso Brasileiro de História da Educação, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1CnW9SanYazaSTXcjXTUxLvJjkoluqq29>>. Acesso em 13.12.2018

NEVES, Leonardo dos Santos. "Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)". Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A3NHDB>>. Acesso em 11.12.2018.

OLIVEIRA, Francisco. *Critica à razão dualista/ o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/critica-a-razao-dualista-o-ornitorrinco-74>>. Acesso em 06.01.2019.

PINHO, Larissa Assis. "Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais - fazenda do rosário (Minas Gerais, 1947-1956)". Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84JQLJ>>. Acesso em 11.12.2018.

PINTO, Helder de Moraes. "A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970". Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&c_o_obra=92334>. Acesso em 13.12.2018.

ROSA, Walquiria Miranda. "Relações entre práticas tradicionais e práticas escolares das populações rurais em Minas Gerais (Ibirité, 1940 A 1970)". Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9XCH2C>>. Acesso em 12.12.2018.

SOUZA, Claudia Moraes. "Nenhum Brasileiro Sem Escola: projetos de alfabetização e educação de adultos do estado desenvolvimentista. 1950/1963". São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/Tese_Claudia_Nenhum%20Brasileiro%20sem%20Escola.pdf>. Acesso em 13.12.2018.

SOUZA, João Valdir Alves; HENRIQUES, Márcio Simeone. Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

TANURI, Leonor Maria. "História da formação de professores". Revista Brasileira da Educação, 14, p. 61-88. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>> Acesso em 13.12.2018

TEIXEIRA, Anísio. Educação e a formação nacional do povo brasileiro. In: TEIXEIRA, Anísio, Educação não é privilégio. 6 ed. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. p 113-182